



LUCIANA MÜLLER
muller@jj.com.br

Falta justificada

O vereador Wagner Ligabó (PPS) não compareceu à sessão ordinária da Câmara de Jundiá, na noite de ontem. O motivo foi justificado pelo colega de partido, Paulo Sérgio Martins. Ligabó, que é também médico, foi até São Paulo para auxiliar do trâmite do enterro do jornalista Piócoo Bárbaro. Ele, que foi colunista social, teve a sessão dedicada pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB).

Paulista

A situação do Paulista Futebol Clube, com o estádio à beira do leilão, foi motivo de discurso do vereador Rogério Ricardo da Silva (PHS). O vereador pediu a colaboração dos empresários da cidade para que seja possível reverter o quadro. "O Paulista que deu tanta alegria para a cidade, precisa de ajuda dos empresários. Todos os trabalhadores precisam receber", comentou.

'Pai fresco'

O vereador estreante Faouz Taha (PSDB) dedicou a sessão da Câmara de Vereadores de Jundiá, da noite de ontem, ao filho Yunis, que nasceu na noite da última sexta-feira, com 4,1 quilos. A esposa, Safia Mazloun, também foi lembrada. O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB) fez questão de anunciar o mais novo 'pai fresco' da Câmara de Jundiá.

Auditoria na DAE

A DAE Jundiá vai gastar esse ano R\$ 120 mil com a contratação da empresa KPMG Auditores Independentes para "serviço de auditorias das demonstrações financeiras do exercício de 2016". O contrato foi publicado na semana passada, na Imprensa Oficial do município. O valor é menor do que em 2016, quando o contrato foi de R\$ 130 mil, com a mesma empresa. O serviço é contratado todos os anos.

Pente fino

Agentes da Polícia Federal fizeram vistoria no prédio da advogada Adriana Ancelmo, no Leblon. A ação foi feita para garantir que o imóvel cumpre os pré-requisitos para a prisão domiciliar da ex-primeira-dama do Rio - por exigência da Justiça, o imóvel não pode ter acesso a telefone ou a internet. Os policiais ficaram pouco mais de 1h no prédio. Na saída, agentes informaram que o laudo será entregue à Justiça.

Votação na terça

O ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), marcou para a próxima terça-feira (4) o início do julgamento da ação que pode cassar a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer. O ministro marcou quatro sessões para o julgamento. Na segunda (27), o ministro Herman Benjamin, relator da ação no TSE, entregou seu relatório final do processo. As defesas de Dilma e Temer entregaram na sexta (24) as alegações finais.

▶ SESSÃO DA CÂMARA

Em pouco mais de uma hora, pauta foi votada; servidores foram ao plenário protestar contra reforma da Previdência

Veto do Executivo é rejeitado e projeto volta para prefeitura

LUCIANA MÜLLER
muller@jj.com.br

O projeto de lei do vereador Antonio Carlos Albino (PSB) que prevê multa por acionamento telefônico indevido dos serviços de emergência teve o veto do Executivo rejeitado pelos parlamentares da Câmara de Jundiá, na sessão de ontem. Agora, a Prefeitura de Jundiá tem 48 horas para se manifestar. Caso contrário, a lei será promulgada pelo presidente da Casa. A sessão foi rápida. Dos nove itens em pauta, cinco foram adiados. Servidores públicos e representantes de sindicatos dos trabalhadores da cidade compareceram à sessão para protestar contra a reforma da Previdência.

Albino defendeu seu projeto ressaltando a importância, caso seja sancionado, para a cidade. "O Executivo apontou três pontos como impeditivos. Contudo, todos caem por terra conforme análise jurídica feita pelo departamento da Casa. A multa por acionamento telefônico indevido para os serviços de emergência trará economia aos cofres públicos, já que evitará desperdício de tempo e maquinário para atendimento de solicita-



PROTESTO Servidores e trabalhadores do setor privado levaram faixas contrárias à reforma da Previdência, que tramita em Brasília

ções falsas. Outro ponto é o ônus. Não será criado custo, e sim haverá receita já que está prevista multa", argumentou o autor, solicitando a aprovação dos pares.

Com 18 votos, o veto foi rejeitado. Segundo o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), agora a Prefeitura será informada por ofício.

Esta tem prazo de 48 horas para se manifestar. "Passado o prazo, o presidente da Câmara é obrigado a promulgar a lei", explica.

Provavelmente, segundo o diretor de Assuntos Parlamentares, José Galvão de Braga Campos, o Tico, a prefeitura de entrada em uma Ação Direta de Inconstitucionalida-

de (Adin). "Existem dois caminhos a ser seguidos: a sanção ou a Adin. Como já foi vetado, a Adin é a tendência, já que interfere em outras esferas. É uma situação comum", argumenta, lembrando que o Executivo não fez qualquer solicitação à Casa com relação ao assunto.

Ainda da pauta, somente

duas moções, de autoria do vereador Cicero Camargo da Silva (PROS) e Gustavo Martinelli (PSDB), foram aprovadas. Os demais itens foram adiados ou retirados para reformulação.

Protesto pacífico

Dezenas de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada compareceram ao plenário com faixas e cartazes contra a reforma da Previdência, que tramita em Brasília. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun), Aparecido Luciani, a emenda anula a possibilidade de aposentadoria do trabalhador. "Jundiá tem o Iprejun, que está saudável, mas 62% das cidades ainda são regidas pela Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). A contribuição de 49 anos aniquila a possibilidade de aposentadoria", ressalta. A sindicalista Marlene Alves da Costa, do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio, afirma que a situação da mulher, com a reforma, é degradante. "A mulher já recebe menos que os homens, mas terá de trabalhar a mesma quantidade de tempo para se aposentar. Isso é irreal", lamenta.

▶ CORRUPÇÃO

Federal deflagra a 39ª fase da Operação Lava Jato: um preso

Executivo de uma das empreiteiras que pagou propina ao ex-gerente da Petrobras Roberto Gonçalves, preso ontem, Rogério Araújo, da Odebrecht, orientou o servidor da estatal sobre como receber as vantagens indevidas e chegou a emprestar uma conta a ele. Ambos foram alvo da 39ª fase da Operação Lava Jato.

"Eu cometi um desatino, né. Abri uma conta em meu nome e dei para ele, para ele usar essa conta. Não deixei de ser, desculpa o termo, um 'laranja' dele", declarou Araújo, um dos delatores da Odebrecht, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal.

Ele recebeu cerca de R\$ 2,2 milhões nessa conta, segundo Araújo. O dinheiro, que não foi

movimentado, acabou sendo restituído no acordo de delação da Odebrecht.

O executivo afirmou que Gonçalves, que sucedeu Pedro Barusco na gerência da diretoria de Serviços da Petrobras, era novato no recebimento de propinas - ao contrário de outros executivos, que já estavam "em velocidade de cruzeiro".

"Eu tinha preocupação porque era o primeiro negócio de vantagem indevida que a gente estava fazendo com ele. Era diferente do Barusco, do Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras), que já estavam, vamos dizer, em velocidade de cruzeiro, em linha de produção."

A Odebrecht resolveu pagar a Gonçalves R\$ 5 milhões para viabilizar uma contratação dire-

ta da empreiteira, sem licitação, para uma obra do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

Outro lado

O advogado de Roberto Gonçalves, James Walker Júnior, afirmou que seu cliente nunca foi apadrinhado de nenhum político ou partido na Petrobras.

Segundo ele, Gonçalves era funcionário de carreira da estatal e que todos os cargos que ocupou na empresa foi devido ao seu esforço pessoal e à sua condição de "engenheiro com formação no exterior". Ele afirmou que foi surpreendido com a decisão da prisão e que seu cliente se encontrava visitando parentes de sua mulher, em Roraima. (Folhapress)

▶ SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Itupeva recebe Centro Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, inaugurou o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), em Itupeva. Também foi instalado o Juizado Especial Cível e do Setor de Execuções Fiscais.

A juíza diretora do fórum, Renata Aparecida de Oliveira Milani, será a responsável por essas novas unidades.

De acordo com o Movimento Judiciário estão em tramitação em Itupeva 9.950 processos - 277 novas ações foram distribuídas em março. Cerca de 40 funcionários trabalham no

fórum e aproximadamente 80 pessoas circulam diariamente no local.

Esta é a 192ª unidade de Cejus em funcionamento no Estado. Os Cejus atendem gratuitamente demandas processuais e pré-processuais das áreas Cível e de Família, que envolvam causas relacionadas a Direito do Consumidor, cobranças, regulamentação ou dissolução de união estável, guarda e pensão alimentícia, regulamentação de visitas, entre outras. Não há limite de valor da causa.

O Cejus está localizado no piso térreo do Fórum de Itupeva, avenida Brasil, 554, Jardim São Vicente, em Itupeva.

▶ SEM ATROPELO

Lei de Terceirização no Senado seguirá rito normal

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), reafirmou, ontem, que o texto em discussão na Casa que regulamenta a terceirização será pautado para votação em plenário assim que estiver pronto. Segundo Eunício, o projeto seguirá o rito de tramitação regular.

O relator do Projeto de Lei Complementar 30/2015, senador Paulo Paim (PT-RS), ainda deve apresentar o relatório, que precisa ser aprovado em comissão antes de seguir para plenário. "Ele precisa ser aprovado em uma comissão. Se ele não for para a Agenda Brasil,

eu encaminharei para a CCG (Comissão de Constituição e Justiça) para que a CCG se pronuncie. Ele vem a plenário e vou dar o rito normal do projeto. Depois esse projeto vai para a Câmara. Não tenho nenhuma intenção de, ao receber o relatório do senador Paulo Paim, não dar o rito normal que essa matéria tem", disse.

O presidente do Senado explicou que, como a chamada Comissão Agenda Brasil foi suspensa, ela pode ter seu funcionamento prorrogado para que o projeto seja votado, ou encaminhá-lo de

ofício para a CCG.

Na última quarta-feira (22), a Câmara aprovou projeto que trata da terceirização e o texto foi encaminhado para sanção presidencial. Entre os pontos que constam no texto aprovado está a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à terceirizada. Com isso, os bens da empresa contratante somente poderão ser penhorados pela Justiça se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos.

Já o texto que tramita no

Senado estabelece a responsabilidade solidária. Ou seja, contratante e terceirizada respondem ao mesmo tempo com seus bens para o pagamento da causa trabalhista.

Abuso de Autoridade

Ao ser questionado sobre a possibilidade de votar com urgência no plenário o projeto que define os crimes de abuso de autoridade, Eunício disse que a proposta ainda está na CCG e, só depois da aprovação no colegiado, vai discutir o rito que o texto seguirá no plenário. "Precisamos ter

nesse momento muita calma. Não interfiro no trabalho das comissões, apenas encaminho matéria para que seja debatida. Cabe exclusivamente à CCG tomar as providências. Tomadas as providências, aí sim vem para o plenário e a decisão é da presidência", respondeu Eunício.

O Projeto de Lei 280/16, que regulamenta os crimes considerados abuso de autoridade, é tema de reunião hoje entre o presidente do Senado e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. (Das Agências)